



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER N° 58, 2019

Da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei n° 12 de 2019, de iniciativa do Vereador Claudio Sarnik. O qual denomina “Vitório Demochoski logradouro público do Município de Araucária, conforme especifica”.

Relator: Fabio Alceu Fernandes – PSB

I – RELATÓRIO

A Comissão de Justiça e Redação examina o Projeto de Lei n° 12 de 2019, de iniciativa do Legislativo Municipal, que denomina “Vitório Demochoski logradouro público do Município de Araucária, conforme especifica”.

Justifica o Sr. Vereador Claudio Sarnik que o Projeto acima visa autorizar o Executivo Municipal a denominar de Vitório Demochoski logradouro público do Município de Araucária. Segundo justificativa do projeto de lei, o homenageado passou a residir em Araucária, no distrito de Guajuvira, no início dos anos sessenta e foi um grande ativista comunitário e político, participando de vários eventos sociais e religiosos em prol dos interesses da comunidade e da cidade de Araucária.

II – ANÁLISE

Segundo o inciso I do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação analisar matérias levando em consideração os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, da técnica legislativa, conforme segue:

“Art. 52º Compete

I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);”Tendo em vista o Art.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria de Vereadores, conforme consta abaixo,

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do vereador;”

No mesmo fundamento, a Lei Orgânica do Município de Araucária demanda no art. 10, é de competência da câmara decidir sobre matéria do Município, in verbis:

“Art. 10 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre a matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

(...)

X_III - a denominação e alteração da nomenclatura de próprios, vias e logradouros públicos.

(...) ”

Inicialmente cabe enfatizar que a Lei Municipal nº 2.159/2010, que dispõe sobre o Código de Obras e Posturas do Município de Araucária, em seu art. 347 compreende os requisitos necessários para a denominação de logradouro público, quais sejam:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

"Art. 347 Para a denominação das vias e logradouros públicos deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

I- Não poderão ser demasiado extensa& de modo que prejudiquem a precisão e clareza das indicações,

II - Não poderão conter nomes de pessoas vivas,"

III- Não poderá haver no Município duas ruas com o mesmo nome;

IV- A nomenclatura deverá seguir o padrão da região, como espécies de animais, de plantas, de estados brasileiros e outros, conforme regulamento específico. "

Sob esta perspectiva, a propositura sob análise não incorre em vício de iniciativa, na medida em que o projeto não prevê nenhum ato de ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo, não cria deveres nem gera despesas à Administração Municipal, razões pelas quais não há nenhum impedimento a sua apresentação pelo Vereador. O presente projeto vem acompanhado da justificativa a qual diz que o Sr. Vitório passou a residir em Araucária, no distrito de Guajuvira, no início dos anos 60 e que foi um grande ativista comunitário e político do município de Araucária. Observo que consta a declaração expressa sobre a data de falecimento do Sr. Vitório, através da Certidão de Óbito, conforme dispõe o Art. 347, II, da lei municipal supramencionada. Diante disso, não há óbice para que o logradouro público seja nominado.

Observo que a presente proposição segue as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

III – VOTO

Diante das razões apresentadas acima, não foram encontrados impedimentos que limitem a tramitação do projeto de lei, sendo assim, no que me cabe analisar o projeto acima epigrafado, diante o âmbito da Comissão de Justiça e Redação, sou favorável ao trâmite normal do projeto, sendo necessária a emenda supressiva, do termo “Súmula”, para melhor atendimento à boa técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.


Fabio Alceu Fernandes
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 12/2019

O Vereador Fabio Alceu Fernandes infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Emenda Supressiva

Emenda supressiva ao Projeto de Lei Nº 12/2019, que o qual denomina “Vitório Demochoski logradouro público do Município de Araucária, conforme especifica”.

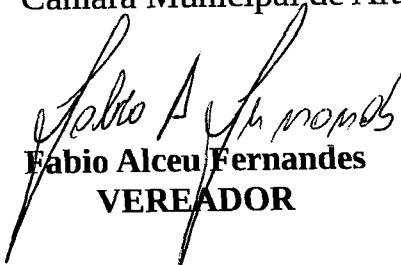
Art. 1º Suprimir o termo “Súmula” do referido projeto de Lei.

Justificativa

Conforme recomendação da análise jurídica, realizamos a emenda supressiva ao Projeto de Lei 12/2019, em cumprimento a Lei Complementar 95 de 26 de Fevereiro de 1998, visando atender a boa técnica legislativa.

Por esse motivo, encaminhamos esta emenda para dar celeridade ao trâmite.

Câmara Municipal de Araucária, 20 de Março de 2019


Fabio Alceu Fernandes
VEREADOR